



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública

JOANNA DA CONCEIÇÃO SILVA

**BOLSA FAMÍLIA: investigação do desempenho escolar no município de
Cruz das Almas**

Cachoeira
2013

JOANNA DA CONCEIÇÃO SILVA

**BOLSA FAMÍLIA: investigação do desempenho escolar no município de
Cruz das Almas**

Monografia apresentada ao Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Inês Caetano Ferreira

Cachoeira
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus que em sua infinita sabedoria guiou meus caminhos me proporcionando saúde, disposição e força para enfrentar essa árdua caminhada, não me desamparando em nenhum momento da vida.

À minha mãe Máisa e ao meu pai Antonio pelo exemplo de força e dedicação, me apoiando e torcendo por minha conquista e felicidade sempre.

À minha irmã Arianna por estar ao meu lado em mais uma etapa da minha vida.

Em especial às minhas primas, Ana, Juliana e Paula pela torcida e carinho sempre, à minha tia Léu pela preocupação e apoio a todo instante e as minhas amigas de longa data Mariane e Gabriela obrigada pelo apoio e amizade não só agora, mas durante todos esses anos.

Enfim, à minha grande Família: avós, tios e primos, por fazerem parte da minha história.

À minha orientadora, professora e companheira Maria Inês pela paciência, atenção e compreensão diante dos meus limites. Obrigada por ter confiado e acreditado tanto em mim, me fazendo arriscar e seguir em frente.

À turma do curso de Gestão Pública vai todo meu carinho. Foi muito bom conviver com vocês e ter conhecido pessoas maravilhosas durante essa jornada. Em especial às minhas companheiras e parceiras de alegrias, resenhas, risos e estresses: Ariadne, Cleide, Deíse, Mariana e Paula. VALEU POR TUDO MENINAS!

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a toda equipe de professores, aos funcionários e ao Coordenador do curso Jorge Antonio, pelo acolhimento e contribuição que a mim foram dispensados, sendo responsáveis por cada sucesso obtido.

À Secretária Municipal de Educação de Cruz das Almas, aos funcionários, professores e diretores das Escolas pesquisadas, obrigado por possibilitarem essa experiência enriquecedora e pela colaboração durante esses meses.

Por fim, a todos que acreditaram e colaboram de alguma forma para que eu chegasse até aqui.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

(José de Alencar)

SILVA, Joanna da Conceição. BOLSA FAMÍLIA: investigação do desempenho escolar no município de Cruz das Almas. 49 p. 2013. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.

RESUMO

O presente trabalho analisa o aproveitamento de estudantes beneficiados pelo Programa Bolsa Família no município de Cruz das Almas. O benefício exige o cumprimento da condicionalidade educação, envolvendo a matrícula e a frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiárias do programa. O Bolsa Família é o maior programa social do Brasil, atendendo milhões de famílias em condições de pobreza. Em virtude da precariedade econômica, esses estudantes estão em situação de pobreza. Assim, a pesquisa faz o levantamento do aproveitamento escolar dos estudantes beneficiários do Bolsa Família, comparando com o dos não beneficiários, procurando descobrir se há diferenças no rendimento desses dois grupos, assim como os dados sobre distorção idade série. Os componentes da pesquisa foram duas escolas do município, denominadas nesta pesquisa como A e B, com universo de alunos do segundo ao quinto ano, com base nas informações do ano de 2011. Esses levantamentos foram realizados através das Atas de Resultados Finais, dos diários de classe e do Projeto Presença do Bolsa Família. O estudo em Cruz das Almas se justifica em razão do alto índice de beneficiários do programa no Nordeste, próximo da metade da população. Assim, conclui-se que os impactos desse programa na organização socioeconômica do Nordeste merecem ser conhecidos.

Palavras chave: Bolsa Família. Educação. Aproveitamento Escolar. Políticas Públicas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF	Bolsa Família
CadÚnico	Cadastro Único de Programas Sociais
CF	Constituição Federal
PBF	Programa Bolsa Família

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO I	
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	10
1.2 POBREZA E INTERSETORIALIDADE DE POLÍTICAS SOCIAIS	11
1.3 O DIREITO A EDUCAÇÃO NO BRASIL	15
1.4 A ESCOLA E AS CLASSES POPULARES	17
1.5 O APROVEITAMENTO ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA	20
 CAPÍTULO II	
2. METODOLOGIA.....	22
2.1 OS SUJEITOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA	22
2.2 CRUZ DAS ALMAS: CAMPO DE PESQUISA	22
2.3 DIÁRIOS DE CLASSE.....	24
 CAPÍTULO III	
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS INVESTIGADOS	25
3.1 OBSERVAÇÕES DOS PROFESSORES REGISTRADAS NOS DIÁRIOS DE CLASSE DOS ALUNOS	25
3.1.1 Escola A.....	25
3.1.2 Escola B.....	31
3.2 COMPARATIVO ENTRE AS ESCOLAS A E B.....	36
3.3 DISTORÇÃO IDADE SÉRIE DAS ESCOLAS A E B.....	37
3.4 RESULTADOS	39
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 41

REFERÊNCIAS 42

APÊNDICES 45

APÊNDICE A – Tabela com relação à quantidade de alunos aprovados e reprovados **beneficiários do Bolsa Família**, das turmas do 2º ao 5º ano da Escola A..... 45

APÊNDICE B - Tabela com relação à quantidade de alunos aprovados e reprovados **não beneficiários do Bolsa Família**, das turmas do 2º ao 5º ano da Escola A..... 46

APÊNDICE C - Tabela com relação a quantidade de alunos, aprovados e reprovados **beneficiários do Bolsa Família**, das turmas do 2º ao 5º ano da B. 47

APÊNDICE D - Tabela com relação à quantidade de alunos, aprovados e reprovados **não beneficiários do Bolsa Família**, das turmas do 2º ao 5º ano da Escola B..... 48

INTRODUÇÃO

O programa Bolsa Família surgiu para enfrentar um grande desafio da sociedade brasileira, que é o combate à fome, à miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do país.

O programa tem como uma de suas condicionalidades para a transferência de renda a frequência escolar das crianças que vem como um meio de contribuição para a melhoria da qualidade dos índices escolares.

Desta forma, o trabalho tem como objetivo geral investigar o aproveitamento educacional dos beneficiários e não beneficiários do programa Bolsa família, observando as diferenças e singularidades destes dois grupos.

A pesquisa foi realizada nas Escolas A e B, cujos nomes não foram identificados para garantir o respeito à privacidade dos estudantes, professores e funcionários e, inclusive, porque o mais importante é a análise do contexto e das variáveis envolvidas no processo de educação que pode e deve ser semelhante ao de outras escolas em Cruz das Almas e em outros municípios do Recôncavo e do Brasil. Foi realizada uma análise das Atas de Resultados Finais, dos diários de classe dos alunos do 2º ao 5º ano dessas escolas, com base nos dados do ano de 2011.

Esta monografia está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica, com alguns temas de suma importância para o entendimento dessa pesquisa, no qual são expostos a caracterização do Programa Bolsa Família (PBF), bem como dados para o atendimento do Bolsa Família no Brasil e Nordeste. Logo após é apresentada uma perspectiva intersetorial do programa, que não trabalha apenas uma vertente, mas considera pobreza como fenômeno complexo por isso trabalha-se várias políticas conjuntamente, além de mostrar como a condicionalidade é uma forma de o Estado oferecer acesso ao direito básico e também de enfrentar a pobreza em sua característica complexa. Por conseguinte entra na discussão do direito a educação no Brasil, abordando o fortalecimento dos direitos sociais através da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, até então não acessível à maioria da população, situação que muda com a massificação do acesso ao sistema público de ensino, logo após é discutida a relação entre família de baixa renda e a escola, mostrando as formas de socialização abordadas por Daniel Thin.

O segundo capítulo mostra como foi feita essa pesquisa, desvendando se há diferenças no rendimento desses alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família, no qual será

identificado a natureza da pesquisa, considerando alguns documentos que foram utilizados para a coleta de dados. Também foi realizada uma caracterização do campo de pesquisa, município de Cruz das Almas, na qual são apresentados dados do Bolsa Família.

O terceiro capítulo aborda a análise dos resultados investigados que ressalta a realidade destas escolas, mostrando informações que permitem identificar o universo dos alunos aprovados e reprovados beneficiários e não beneficiários do PBF, além de serem analisadas as taxas de distorção idade série dos alunos matriculados.

CAPITULO I

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O principal objetivo do Programa Bolsa Família é o alívio imediato da pobreza, focando o atendimento à população em situação de pobreza e de extrema pobreza, boa parte da qual não era coberta por outros programas sociais.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 para unificar quatro programas de transferência de renda: o Bolsa-Escola, o Auxílio-Gás, o Bolsa-Alimentação e o Cartão Alimentação, priorizando a atenção aos aspectos relacionados às condições de saúde e educação de famílias em situação de pobreza.

O PBF prevê a vinculação do recebimento da transferência de renda ao cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social. O cumprimento dessas condicionalidades é fazer com que as famílias beneficiárias tenham mais chances de superar a pobreza, e tenham acesso as políticas sociais.

No âmbito educacional a contrapartida exigida à família beneficiária do Programa Bolsa Família envolve a matrícula das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, com frequência mínima de 85% e de 75% para jovens de 16 a 17, além da obrigatoriedade de informar ao gestor qualquer mudança de escola.

Na área da saúde, a condicionalidade está ligada ao acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças até 7 anos, além do pré natal para gestantes, e acompanhamento da frequência de crianças incluídas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

A elevação do grau de efetivação dos direitos sociais dos beneficiários é o objetivo final das condicionalidades do programa (SANTOS; LICIO, 2011). Parte do pressuposto que esses beneficiários do programa tenham acesso a serviços básicos, melhores condições de saúde, educação e assistência social, aumentando, desta forma, as oportunidades de desenvolvimento e melhorando a qualidade de vida.

A seguir, Constanzi e Fagundes (2010) apresentam a participação da população de beneficiários do PBF em relação ao conjunto dos brasileiros, por região.

Tabela 1 - Participação dos beneficiários do Bolsa Família em relação à população total (em %) – 2010

Brasil/Região	Pop.Total (a)	Pop. Beneficiária(b)	(b) / (a) (em %)
Brasil	191.480.608	48.680.372	25,4
Norte	15.359.608	5.628.469	36,6
Nordeste	53.591.197	24.416.981	45,6
Sudeste	80.915.332	12.034.955	14,9
Sul	27.719.118	4.150.045	15
Centro-Oeste	13.895.357	2.449.922	17,6

Fonte: Senarc/MDS, 2010.

As informações apontam que mais de 25% da população nacional é beneficiária do Programa Bolsa Família. Verifica-se que na região Nordeste quase metade da população é de beneficiários, constatando-se a alta densidade de pessoas em situação de pobreza. Desta forma, observa-se o impacto do programa sobre a organização social e a elevada desigualdade regional no país.

No entanto, o foco do PBF é a população de baixa renda, no qual se verificou na tabela 1 a alta densidade de pessoas em condições de pobreza e beneficiárias do programa.

1.2 POBREZA E INTERSETORIALIDADE DE POLÍTICAS SOCIAIS

Para o enfrentamento da pobreza em toda sua complexidade, se faz necessário uma visão embasada numa perspectiva da integralidade inerente à forma de atuação intersetorial, fazendo com que as políticas públicas não trabalhem apenas uma vertente, mas sim várias políticas conjuntamente.

A pobreza é caracterizada não apenas como insuficiência de renda, mas também pela carência de elementos fundamentais para os seres humanos como água potável, moradia, alimentação, acesso à saúde, entre outros; que são aspectos que não dependem apenas de renda, mas do acesso aos serviços sociais.

Desta forma remetem que atuações mais unificadas sejam ofertadas às famílias mais pobres, demonstrando a necessidade do trabalho intersetorial dessas políticas publicas.

Segundo Currello *et al.* (2011, p.8)

A intersetorialidade no enfrentamento da pobreza pode ser entendida como um método para dar conta da complexidade desse fenômeno, podendo se desenvolver por meio de uma reorganização administrativa ou estratégias de gestão integrada, baseadas no território, na população ou na família.

A análise dos domicílios das famílias beneficiárias do PBF evidencia claramente um menor nível de acesso aos serviços de utilidade pública em geral, o que reforça a necessidade de ampliar esforços neste segmento populacional para ampliar o acesso e a qualidade de vida. (CURRALERO *et al.*, 2011 *apud* CONZTANZI; FAGUNDES, 2010, p. 5).

No artigo de Curralero, Licio, Santos e Pontes (2011, p. 6),

Fica evidente em relação à educação que há uma ausência na oferta de creches para os mais pobres, uma vez que 92,5% dos beneficiários entre 0 e 3 anos não frequentam creche. Na análise do nível escolar dos jovens e adultos do PBF mostra que, entre os que possuem entre 18 e 24 anos, 2,72% são analfabetos, 51,4% possuem o ensino fundamental incompleto, 25,83% apresentam o ensino médio incompleto e apenas 16,9% têm o ensino médio completo, evidenciando que menos de 20% desses jovens conseguiram finalizar o ensino médio sem defasagem idade-série.

Fica nítido este quadro da população pobre brasileira, reforçando que uma única área governamental ou uma política social não tem condições de dar conta do desafio, faz-se necessário promover e alcançar o acesso universal e mais equitativo a esses serviços. Nesse enfoque, o combate à pobreza e o reforço ao exercício universal de direitos sociais básicos requerem ações que extrapolam o escopo de uma única política ou nível de governo. (CURRALERO *et al.*, 2011).

Desta forma, para o enfrentamento da pobreza, como colocado acima, é necessária uma forma integral de atuação intersetorial, fazendo com que as políticas públicas atuem junto aos atores governamentais e não governamentais.

Bronzo (2007 *apud* CURRALERO *et al.*, 2010, p. 8) destaca ainda que, “na perspectiva de intersetorialidade para enfrentamento da pobreza, a integralidade se revela não só na articulação de ações de atores de um mesmo ente federativo, mas também na interdependência entre as diferentes esferas de governo.”

No *aspecto intergovernamental*, a gestão do PBF vem sendo arquitetada a partir de um alto nível de conexão com a União e os municípios. A união regulamenta e financia o programa, enquanto os municípios atuam no cadastramento das famílias, assim como na prestação dos serviços básicos a partir da oferta do poder local. (CURRALERO *et al.*, 2011, grifo nosso).

A participação do Estado acontece de maneira mais restrita, uma vez que os estados atuam nessa gestão do PBF no apoio aos municípios, principalmente os de pequeno porte e menos estruturados. Contudo, os estados possuem um papel essencial no acompanhamento das condicionalidades de educação, já que muitas das escolas que oferta o ensino fundamental

e médio são da rede de ensino estadual.

Currallero *et al.* (2011, p. 12, grifo nosso) “Sob o *aspecto intersetorial* ressalta-se que a atuação do PBF se dá por meio de três dimensões – transferência de renda, acompanhamento de condicionalidades e articulação de programas complementares”.

A condicionalidade é uma forma de o governo oferecer oportunidade de acesso aos direitos básicos e também de enfrentar a pobreza na sua característica complexa. Mais ainda existem municípios que apresentam grandes fragilidades na oferta de serviços comprometendo de alguma maneira o cumprimento das condicionalidades do PBF. Compete aos gestores do programa monitorar diretamente o cumprimento por parte das famílias beneficiárias, criando condições necessárias para que este acompanhamento ocorra.

Este acompanhamento reforça o acesso aos serviços de saúde e educação, e, a partir do monitoramento dos descumprimentos dessas condicionalidades, ficam evidentes as fragilidades das famílias e do local em que vivem, permitindo, assim, identificar a oferta e as dificuldades do acesso a esses serviços. O poder público tem a obrigação de oferecer esses serviços em quantidade e qualidade adequadas à necessidade da população, e, por outro lado, os cidadãos devem exercer seus direitos de cidadania.

Neste caso, a atuação do poder público é extremamente essencial e requer uma articulação intersetorial, sendo uma forma de oferecer atenção total aos cidadãos mais pobres.

O Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) é mantido principalmente pela Secretaria Municipal de Assistência Social e reúne informações socioeconômicas das famílias que se registram para o Bolsa Família. O objetivo do CadÚnico é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias brasileiras com renda inferior a R\$ 120,00 em todos os municípios brasileiros. (BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2010).

As informações registradas no CadÚnico e no sistema de condicionalidades funcionam como instrumentos que permitem caracterizar a realidade social dos beneficiários.

Currallero *et al.*, (2011, p. 5) analisaram dados de 2010 do CadÚnico, e apresentaram o perfil dos beneficiários:

Perfil dos beneficiários do Bolsa Família- 2010

- 30,6% vivem na zona rural;
- 34,5% não tinham acesso ao abastecimento de água por rede pública;
- 9,8% não tinham acesso à eletricidade;
- 31,3% não eram servidos por coleta de lixo;

- 45,9% não possuíam escoamento sanitário adequado;
- 72,8% eram negros;
- 55% eram menores de 20 anos;
- 92,5% dos beneficiários entre 0 e 3 anos não tinham acesso a creche;
- 2,72% dos adultos entre 18 e 24 anos eram analfabetos;
- 51,4% desse grupo possuía ensino fundamental incompleto;
- 15,8% dos beneficiários acima de 25 anos eram analfabetos;
- 65,3% não concluíram o ensino fundamental

Os dados apontam inúmeros aspectos que compõem o quadro de vulnerabilidade dos sujeitos, indicando a necessidade de ações intersetoriais.

Conforme Castro e Modesto (2010), o acompanhamento das condicionalidades do PBF é realizado de forma conjunta pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Saúde (MS) e da Educação (MEC).

Os beneficiários que descumprem essas condicionalidades devem ser acompanhados pelas equipes de assistência social nos municípios, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

Os resultados da gestão de condicionalidades do PBF têm provocado melhoras significativas em indicadores de educação, conforme Santos e Licio (2011) expuseram de acordo com a pesquisa de Avaliação de Impacto do PBF (AIBF). No âmbito educacional, os dados revelam que a taxa de abandono escolar entre os alunos beneficiários do ensino fundamental (3,6%) foi inferior a dos alunos da rede pública (4,8%); com relação ao ensino médio os resultados das taxas de abandono foram favoráveis aos alunos beneficiários do PBF (7,2%) e (14,3%) para não beneficiários; as condicionalidades em educação também foram favoráveis para redução de 8,4% para 5,4% em relação às crianças que não frequentam as escolas.

Na área da saúde também houve progressos segundo a pesquisa AIBF, exposto por Santos e Licio (2011). O PBF apresentou impacto positivo no que diz respeito à vacinação das crianças e o número de crianças beneficiárias consideradas nutridas foi elevado em comparação às não beneficiárias.

Diante dos aspectos apresentados, a pesquisa foi realizada no âmbito educacional, onde foi investigado o aproveitamento dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa

Família, que são, de certa forma, obrigados a cumprir a condicionalidade na educação para que a família continue a receber o benefício. Serão analisados aspectos de como se dá esse aproveitamento e se há diferença no rendimento desses dois grupos.

Conforme resultados apresentados pela Avaliação de Impacto do Bolsa Família (AIBF) no ano de 2009, Castro e Modesto (2010) identificaram que a frequência escolar de jovens de 15 a 17 anos de idade beneficiários do PBF era maior do que a dos jovens não beneficiários com o mesmo perfil. Estes autores apontaram ainda que a proporção de beneficiários do PBF que se mantêm na escola até os 14 anos, comparada aos não beneficiários, é maior, assim como são melhores as taxas de progressão escolar entre os beneficiários do programa.

Os resultados expostos acima mostram que o aproveitamento dos alunos beneficiários do PBF é positivo em relação aos não beneficiários, evidenciando o impacto do programa sobre as crianças e jovens de todo Brasil.

1.3 O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Antes da constituinte de 1988, o sistema educacional tinha caráter excludente, onde permitia que apenas uma parcela da população tivesse acesso às escolas.

Mas, a garantia de acesso ao sistema educacional se universalizou a partir da CF de 88, tornando o acesso à educação um direito de todo o cidadão. Sendo assim, toda criança e jovem tem direito ao acesso à educação de qualidade. Desta forma, este direito deve ser evidenciado como fator de efetivação de cidadania, na luta contra a superação da exclusão e desigualdade social.

Fleury, Santos e Draibe (*apud* FERREIRA, 2010, p. 1) ressaltam que a “[...] institucionalização do sistema de proteção social no país se deu de forma segmentada, privilegiando os trabalhadores urbanos. Dessa forma, estabeleceu-se uma cisão entre cidadãos com direito à proteção estatal e os sem direito.”

Nessa mesma configuração, Freitas e Biccas (2009, p. 181) ressaltam que

[...] nas vicissitudes da configuração do Estado republicano, muitas vezes a ação estatal abarcou em suas políticas educacionais, projetos de distanciamento social que grupos de elites ostentavam, não disfarçando, inclusive, anseios de controle sobre o que genérica e preconceituosamente se designava como o “povo”.

O perfil da escola brasileira era de caráter excludente e seletivo que possibilitava

apenas a uma pequena parcela da elite as condições de frequentar os quatro anos da escola, negando o acesso à grande massa populacional. Segundo Freitas e Biccas (2009, p.182), a legislação educacional apresentava um sistema escolar dual, ou seja, uma escola primária destinada às grandes massas e uma escola secundária dirigida às elites, como estratégia de preparação para o ensino superior.

O país começou a avançar no sentido da implantação da democracia e o direito à educação estava se tornando um dos direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

A inclusão da educação junto ao conjunto de obrigações governamentais, que se expressa em políticas educacionais, vigorou-se por meio da organização de movimentos populares, protestando mudanças na lei, que foram repercutidas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996.

Finalmente, com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, foram efetuadas transformações no sistema de proteção social do país, com repercussão direta no campo da educação.

Para o fortalecimento desses direitos sociais a CF/88 em seu artigo 205 alicerça que “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A CF/88 garantiu um padrão mínimo de qualidade de ensino, voltado para o desenvolvimento e qualificação para o mercado de trabalho. Com a expansão ao acesso à educação, a Constituição ampliou o conceito de seguridade social. A implementação do Bolsa Família em 2003 é uma consequência desse movimento. Destaca-se que, além de combater a fome e a pobreza, por meio de condicionalidades compulsórias pretendem consolidar o direito à educação da população de baixa renda.

Draibe (2006, p. 5 *apud* FERREIRA, 2010) enfatiza que a nova Constituição aperfeiçoou o sistema, ampliou os direitos sociais, universalizou o acesso aos direitos, abriu canais de participação popular e definiu os princípios da política social não contributiva.

Antes da Constituição Federal de 1988 a concessão dos direitos se restringia a uma parcela da população e ela os universalizou. A nova CF também resgatou a garantia da liberdade individual e a educação como direito de todos.

Outro resultado da mobilização desencadeada pela constituinte de 88 foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual reconheceu as crianças e adolescentes como cidadãos e sujeitos de Direito, assegurando o seu acesso e permanência dos mesmos na escola,

impedindo o trabalho precoce.

Para Carvalho (2002, p. 9), “O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos.”

Desta forma, Carvalho (2002, p. 9 e 10, grifo nosso) explana os seguintes conceitos:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de se organizar. Os *direitos políticos* se referem à participação do cidadão no governo da sociedade [...] de organizar partidos, de votar e ser votado. Os *direitos sociais* garantem a participação na riqueza coletiva [...] o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria [...] os direitos sociais permitem às sociedades politicamente constituídas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem estar para todos.

Na leitura de Marshall (1967, p. 62 *apud* FERREIRA, 2010, p. 2), “[...] cidadania se caracteriza por uma igualdade básica entre os indivíduos, a qual se relaciona com a participação integral de todos na comunidade e na herança social”.

A escola era excludente, apenas as elites a frequentavam, em contraste com a noção de cidadania, que contempla o acesso ao serviço que deve ser ofertado pelo Estado. Porém, mais recentemente, o acesso ao sistema público de educação foi massificado. O problema é que o processo de ampliação dos direitos se fez acompanhar da deterioração da qualidade do ensino público.

1.4 A ESCOLA E AS CLASSES POPULARES

As relações entre as famílias populares e a escola sugerem o contato entre grupos que ocupam posições distintas no ambiente social.

De acordo com Thin (2006), para compreender essas relações entre as famílias populares e a escola é preciso analisar o fato de que essas relações colocam em jogo maneiras de estarem com as crianças, de examinar as aprendizagens, de comunicar, ou, ainda, maneiras de regular os comportamentos infantis ou juvenis.

Inserida nesse contexto, a escola brasileira se acentua como dual que, numa extremidade, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças. (LIBÂNEO, 2010, p. 16).

Libâneo (2010, p. 17, grifo do autor) pontua ainda que “[...] a escola para o acolhimento social tem sua origem na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, de 1990, e em outros documentos produzidos sob o patrocínio do Banco Mundial”.

O artigo 1º desta Declaração – *Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem* diz que: “Cada pessoa – criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem”.

As crianças de classes populares apresentam características que as colocam em uma situação complicada diante das aprendizagens escolares. A linguagem, por exemplo, revela que nos bairros populares as lógicas são diferentes, a escola está organizada em uma lógica de elite, da concepção de cultura de elite.

Thin (2006) aborda duas lógicas de socialização que são diferentes. A lógica escolar, que é disciplinada, voltada para o futuro, descontextualizada. E a lógica das famílias populares que se refere ao imediato, ao vivido, ao concreto.

Segundo Nogueira e Nogueira (2002), Bourdieu explica que a diferença é transformada em desigualdade em virtude do processo de reprodução da desigualdade social, que é a dominação das classes burguesas sobre as proletárias. A escola, então, serve para a dominação burguesa, favorecendo, assim, os filhos das famílias burguesas, cujos valores culturais são valorizados pela forma de organização escolar. Uma consequência é que os alunos populares tiram nota baixa, porque o sistema escolar está organizado de um modo que só valoriza a cultura da elite. Os populares não dominam a lógica da escola – que é diferente de sua cultura - e são mal avaliados nos exames, pois a lógica escolar desconsidera o ritmo de vida e a cultura popular. Os estudantes burgueses obtêm melhores resultados, entre outros motivos, porque os exames são feitos dentro de sua cultura, com a qual eles estão acostumados desde que nasceram.

Portanto, para Bourdieu, no interior de uma sociedade de classes existem diferenças culturais, onde as classes dominantes possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, forma de conduta, de valores. Esse patrimônio é utilizado no processo de dominação, legitimando um em detrimento do outro, sendo que a escola participa desse movimento.

A relação educação/classe social procura identificar os fatores responsáveis pelas desigualdades de oportunidades, notando no meio sócio familiar um influente fator das

disparidades escolares.

Com relação à família pobre e escola, Paixão (2005, p. 149) revela que:

Há evidente relação entre capital escolar dos pais e chances de sucesso escolar dos filhos. Pais mais escolarizados têm mais capital cultural, compreendem o sistema educacional, fazem escolhas sobre o tipo de instituição e de professores que propiciam escolaridades consideradas de sucesso para seus filhos e têm melhores condições de responder às expectativas do colégio no acompanhamento dos filhos, de assumir as funções de professor oculto [...] os filhos tendem a ver a escola influenciado pelo olhar e sentimentos que os pais lhes transmitem de sua própria passagem pelo sistema de ensino.

Portanto, busca-se um tipo de escola que atenda às necessidades básicas de aprendizagem, no qual ela se caracterize como um espaço de relação entre educação e a integração social.

Paixão (2005) aborda as diferenças entre as famílias de baixa renda e escola, em uma pesquisa que procura entender o significado de escolarização para um grupo de catadoras de lixo, considerando suas expectativas de escolarização em relação aos filhos.

Entrevistas foram realizadas com as catadoras de lixo, explorando suas expectativas em relação à escolarização dos seus filhos. Quanto ao universo escolar, a autora percebeu que as condições de vida na família de origem não possibilitaram a entrada ou a permanência por tempo significativo na escola.

Foram descritos os breves contatos que tiveram com a escola em decorrência de condições precárias de vida na família de origem, ficando evidente a relação entre capital escolar dos pais e as chances de sucesso escolar dos filhos.

Na expectativa das catadoras, a escola deveria ensinar aos seus filhos comportamentos relativos ao convívio social. Algumas delas esperavam que a escola ensinasse seus filhos a serem educados, a se comunicarem na relação social e a conquistarem qualidades morais perante a sociedade.

Há certo desconforto das catadoras ao avaliarem o trabalho dos filhos na escola, pelo fato de a maioria conhecer pouco esse universo e pela sua breve passagem pelo sistema de ensino.

Em relação às diferenças, Canen (2001, p. 207) salienta que “reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem”.

Dayrrell (1996, p. 2) afirma que: “A escola é vista como uma instituição única, com os mesmos sentidos e objetivos, tendo como função garantir a todos o acesso ao conjunto de

conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade”.

A inclusão deve incidir independente do sexo, da raça, da idade das experiências vivenciadas, da diversidade de cada um, todos são considerados igualmente alunos, procuram a escola com o mesmo propósito e necessidades.

1.5 O APROVEITAMENTO ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

As discussões acima esclarecem as inúmeras dificuldades encontradas no acesso à educação pelos brasileiros das classes populares. Na história do país, somente nos últimos tempos foi ampliada a oferta de vagas para alunos de classes populares. Apesar da massificação desta oferta na rede pública de ensino, vale ressaltar a permanência de uma lógica escolar.

Como salientado por Thin (2006), essa lógica segue critérios racionais, impessoais, descontextualizados da realidade cotidiana. Esses elementos são, sem dúvida, relevantes para o desenvolvimento do sistema de aprendizagem. Porém, a lógica de socialização das famílias populares se ancora na experiência cotidiana, no concreto, na contextualização, na pessoalidade.

Essa diferença de lógicas provoca problemas no aproveitamento dos alunos das famílias populares. Isso porque os exames das escolas valorizam conhecimentos e valores da lógica escolar, com isso, aqueles que têm mais capital cultural são mais bem sucedidos e famílias que possuem fraco capital cultural não dominam essa lógica, pois possuem dificuldades de linguagem e há um distanciamento da cultura dominante, fazendo com que repercuta diretamente no desempenho educacional dessas classes menos favorecidas.

Essa pesquisa tem o objetivo de estudar o aproveitamento dos estudantes do Bolsa Família em relação aos não beneficiários em uma mesma escola. A condicionalidade educação do BF é uma forma de ampliar o acesso ao direito à educação de uma população cujos pais normalmente têm poucos anos de escolaridade. Essa condicionalidade visa aumentar a escolaridade da família, contribuindo para uma perspectiva mais positiva de vida. Em virtude da precariedade socioeconômica, os estudantes beneficiários pertencem aos grupos dos estudantes de classe popular, abordada pelos autores acima. Portanto, possivelmente eles enfrentem dificuldades com a lógica escolar e, assim, não conseguem êxito nas avaliações.

Essa pesquisa analisou casos de duas escolas no município de Cruz das Almas, desvelando o aproveitamento dos alunos do BF. Por aproveitamento, estamos denominando somente a aprovação e registros do desempenho dos alunos nos diários de classe. Desta

forma, este levantamento do aproveitamento dos alunos foi realizado através de análise documental das Atas de Resultados Finais e diários de classe, procurando descobrir se há diferenças no rendimento desses alunos na escola.

Neste cenário, de um país que só recentemente os direitos se voltam para atender população de baixa renda, o intuito da pesquisa foi descobrir como é o desempenho dos alunos do Programa Bolsa Família nesta conjuntura.

O objetivo foi investigado por meio do aproveitamento – isso se refere exclusivamente à aprovação e reprovação - dos estudantes beneficiários do Bolsa Família no município de Cruz das Almas, por meio das variáveis de acompanhamento e desempenho nessas escolas.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA

2.1 OS SUJEITOS E OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa é de caráter científico, a metodologia adotada é qualitativa, mais especificamente o procedimento é um estudo de caso, mas sem entrevista, em duas escolas públicas do ensino fundamental com universo de alunos do 2º ao 5º ano beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Cruz das Almas. Os dados se referem ao ano de 2011.

Vale ressaltar que os resultados dessa pesquisa não podem ser generalizados para todos os beneficiários do Bolsa Família no Brasil, nem mesmo em Cruz das Almas. Como ensina Martins (2004), a proposta do estudo qualitativo não é generalizar os resultados, mas investigar um grupo de forma profunda. As novidades descobertas na pesquisa iluminam sobre um programa nacional. Isso permite pensar sobre as dificuldades que podem ocorrer em diversos locais e, sobretudo, descreve melhor o próprio Bolsa Família.

Foi realizada análise documental- estudo de fonte primária, dos registros cedidos pelas escolas, a saber: Atas de Resultados Finais e diários de classe. Neste último documento, foram analisadas as avaliações dos professores sobre aproveitamento, capacidade de compreensão, disciplina e participação de cada um dos alunos. Foi utilizada também a relação de alunos do Projeto Presença do Bolsa Família, cedido pela Secretaria Municipal de Educação para identificar os beneficiários do programa.

O tratamento dos dados envolveu a construção de tipologias, relacionadas às características de alunos aprovados e reprovados, beneficiários e não beneficiários do programa Bolsa Família nas Escolas A e B. Após a coleta dos dados foi feita uma análise apurada dessas informações, que permitiu a elaboração das tabelas e assim alcançar o resultado final.

Vale salientar que o objetivo proposto pela pesquisa foi consolidado, pela colaboração das secretárias das duas gestões, das funcionárias, inclusive diretoras e professoras pela gentileza e permissão de acesso aos dados.

2.2 CRUZ DAS ALMAS: CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Cruz das Almas situado no Recôncavo Sul do Estado da Bahia, distante 146 quilômetros de Salvador, capital do Estado, a qual liga-se pela BR 101 e 324.

A população do município ampliou, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passando de 53.055 em 2000 para 58.606 habitantes em 2010. O Censo Demográfico de 2010 indicava que o município contava com 6.536 pessoas na extrema pobreza, sendo 1.911 na área rural e 4.625 na área urbana. Este censo apontou que a população urbana era representada por 85,12% da população total do município.

A economia da cidade é voltada para a agricultura, com destaque para plantações de: fumo, laranja, limão tahiti e mandioca. A indústria da cidade é conhecida por ter um pólo industrial calçadista e têxtil.

Os dados a seguir apontam informações do Cadastro Único de Programas Sociais, publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, sobre o Programa Bolsa Família em Cruz das Almas, no ano de 2012:

- População Total (Censo) - 58.606
- Estimativa de famílias pobres - 9.352
- Total de famílias cadastradas - 8.352
- Total de famílias com rendimento per capita de meio salário mínimo - 5.430

Condicionalidades:

- Total de famílias com perfil educacional (6-15 anos) - 5.518
- Total de famílias com perfil educacional (16-17 anos) 478
- Total com perfil saúde (crianças até 7 anos, mulheres 14-44 anos) - 3.802
- Total de famílias acompanhadas educação (6-15 anos) - 4.493
- Total de famílias acompanhadas educação (16-17 anos) - 369
- Total de famílias acompanhadas saúde - 2.804
- Total de famílias com repercussão descumprimento - 11
- Total de famílias com registro de acompanhamento – 0

Quadro 1 - Rendimento mensal total domiciliar per capita nominal - 2010

	Valor médio	1º quartil	2º quartil	3º quartil
Bahia	423	114	227	443

Cruz das Almas	441	146	225	500
-----------------------	-----	-----	-----	-----

Fonte: MDS/Censo Demográfico 2010/IBGE

O quadro 1 significa que renda média é de 441 reais no município, 25% ganha até 146 reais, 50% da população ganha até 225,00 e 75% da população ganha até 500 reais mês, isso considera que a renda do município é muito baixa, porém ainda é superior ao valor médio do estado da Bahia.

O conjunto das informações sobre o município de Cruz das Almas aponta a importância de um programa como o Bolsa Família para uma população com poucos recursos, por conseguinte o acesso ao direito à educação é muito importante para o desenvolvimento do município e o acesso ao mercado de trabalho.

2.3 DIÁRIOS DE CLASSE

Para que haja compreensão na análise de dados, é importante o conhecimento do conceito da principal fonte de pesquisa deste trabalho: os diários de classe.

Segundo Menegolo e Cardoso (2007, p. 2),

O diário de classe se caracteriza como um documento oficial, normatizado, elaborado pela Secretaria Estadual de Educação. Era direcionado às escolas para que professor transcrevesse formalmente seus direcionamentos em sala de aula – data e horário das aulas, conteúdos ministrados, avaliações, frequência dos alunos.

No caso desta pesquisa o direcionamento foi com relação às observações registradas pelos professores sobre os alunos. Os materiais utilizados não é o isento do valor, pelo contrário é o valor do docente. Porém a análise profunda e detalhada desses diários conseguiu-se ter uma margem de liberdade da subjetividade, ressaltando que conhecer essa subjetividade é importante porque ela aprova e reprova os estudantes.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS INVESTIGADOS

3.1 OBSERVAÇÕES DOS PROFESSORES REGISTRADOS NOS DIÁRIOS DE CLASSE DOS ALUNOS

Foram realizados levantamentos das observações registradas pelos professores nos diários de classe dos alunos das duas escolas. A partir destes registros, as turmas do 2º ao 5º ano foram analisadas e separadas por blocos de aprovados e reprovados, beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família. Abaixo são mostrados de forma simplificada os relatos dos professores sobre os alunos, além de tabelas com os dados de aprovação e reprovação por turma.

3.1.1 Escola A

Nesta escola, as turmas do 2º ao 5º ano somam um total de 270 alunos matriculados e frequentando, dos quais 131 (49 %) são beneficiários do programa e 139 (51 %) não são não fazem parte do Bolsa Família. Observa-se que há elevada proporção de beneficiários.

Tabela 2 - Total de Alunos Beneficiários e Não Beneficiários do Bolsa Família na Escola A.

TURMAS	BF	(%)	NÃO BF	(%)	TOTAL DE ALUNOS
2º Ano	29	41%	41	59%	70
3º Ano	47	60%	31	40%	78
4º Ano	33	44%	42	56%	75
5º Ano	22	47%	25	53%	47
TOTAL	131	49%	139	51%	270

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, Projeto Presença do Bolsa Família, 2011.

Na tabela 2, os dados apontam que as turmas do 2º ano totalizam 70 alunos, destes 29 (41%) fazem parte do programa Bolsa Família e 41 (59%) não fazem parte do programa. Dos 78 alunos das turmas do 3º ano 47 (60%) fazem parte do programa e 31 (40%) não recebem o benefício. As turmas do 4º ano totalizam 75 alunos, sendo que 33 (44%) são beneficiários do Bolsa Família e 42 (56%) não recebem o benefício. E dos 47 alunos que formam a turma do

5º ano, 22 (47%) recebem o Bolsa Família e 25 (53%) não fazem parte do programa.

Tabela 3 - Quantidade de Alunos Aprovados Beneficiários e Não Beneficiários do Bolsa Família, por turma - Escola A

TURMAS	APROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	38	14	37%	24	63%
3º ano	50	31	62%	19	38%
4º ano	52	18	35%	34	65%
5º ano	47	22	47%	25	53%
TOTAL	187	85	45%	102	55%

Fonte: Secretária da Escola A - diários de classe e atas de resultados finais. 2011.

Tabela 4 - Quantidade de Alunos Reprovados Beneficiários e Não Beneficiários do Bolsa Família, por turma - Escola A

TURMAS	REPROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	32	15	47%	17	53%
3º ano	28	16	57%	12	43%
4º ano	23	15	65%	8	35%
5º ano	0	0	0%	0	0%
TOTAL	83	46	55%	37	45%

Fonte: Secretária da Escola A - diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

As tabelas 3 e 4 apresentam informações com relação ao aproveitamento e reprovação dos alunos da Escola A. Com relação aos número total de alunos aprovados, percebe-se que dos 187 que tiveram aproveitamento durante o ano letivo 85 eram beneficiários do bolsa família, e 102 não fazem parte do programa. Já com relação ao número de reprovados compreendeu-se que dos 83 conservados, 46 fazem parte do programa e 37 não recebem o benefício. Nos Apêndices A e B mostram o total de alunos aprovados e reprovados, beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família por turma e por turno.

Turmas do 2º ano

Há 4 turmas do 2º ano, sendo três vespertinas e uma matutina. Dos 29 beneficiários do programa, 14 (48%) foram aprovados e 15 (52%) reprovados. Os não beneficiários totalizam 41 alunos, onde 24 (59%) foram aprovados e 17 (41%) reprovados. (ver Apêndices A e B).

ALUNOS APROVADOS BF

A partir das observações feitas pelos professores nas cadernetas dos alunos beneficiários das turmas do 2º ano, compreende-se que a maioria dos estudantes possuem dificuldades na leitura e escrita, mostrando um baixo desempenho nas atividades desenvolvidas em sala, inclusive entre os aprovados. Vale salientar que alguns destes alunos se sobressaem com ótimo rendimento nos estudos e bons comportamentos em sala, segundo relato dos professores. Observou-se que, entre os beneficiados do 2ºano A vespertino não houve nenhum aprovado, como mostra o Apêndice A.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

Com relação aos alunos não beneficiários aprovados das turmas de 2º, percebeu-se que, a partir das observações feitas pelos professores, que estes alunos demonstraram mais interesse pelas atividades. A maioria se desenvolveu bem, apresentando um bom raciocínio lógico, mostrando, desta forma, um bom rendimento. A dificuldade na leitura e escrita destes alunos também foi relatada nas cadernetas pelos professores.

ALUNOS REPROVADOS BF

Com relação aos alunos beneficiários reprovados do 2º ano, notou-se, a partir dos relatos dos professores, que alguns não sabem ler nem escrever e nem identificar as letras e números. Destacaram-se também problemas no comportamento, como brincadeiras em sala, briga entre os colegas, além da insatisfação com os estudos e resistência para realização das atividades, não atingindo, desta maneira, a média nas disciplinas para serem aprovados.

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

Os não beneficiários reprovados das turmas de 2º ano apresentam os mesmos problemas que os dos beneficiários, como a dificuldade na leitura e na escrita, repercutindo assim, na realização das atividades e demonstrando o baixo rendimento dos mesmos. Alguns destes fizeram recuperação, mas sem sucesso, sendo, portanto, reprovados.

Turmas do 3º ano

O 3º ano se compõe de três turmas, duas matutinas e uma vespertina. Dos 47 beneficiários, 31 (62%) foram aprovados e 16 (57%) reprovados. O total de não beneficiários soma 31, 19 (38%) aprovados e 12 (43%) reprovados. (ver Apêndices A e B).

ALUNOS APROVADOS BF

A partir das observações feitas pelos professores, a maioria dos alunos das turmas do 3º ano apresentou baixo rendimento, os quais foram superados na recuperação. Para alguns, os professores fizeram relatos positivos, como adequado desenvolvimento dentro de classe, por serem participativos e interagirem na aula, além de realizarem as atividades.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

Já com relação aos não beneficiários aprovados das turmas do 3º ano, verificou-se que são avaliados como muito inseguros, distraídos e que brincam muito durante o período de aulas. A dificuldade de leitura e escrita também permanece nestas turmas, sendo que alguns educandos foram aprovados pelo conselho de classe ou através da recuperação. Segundo os professores, poucos obtiveram rendimento satisfatório durante o ano letivo. Vale ressaltar que, no matutino A, nenhum não beneficiário foi aprovado, como mostra o Apêndice B.

ALUNOS REPROVADOS BF

Alguns beneficiários reprovados, segundo relato dos professores, possuíam dificuldades em realizar as atividades sozinhos, demonstravam resistência à vontade de aprender. Muitos foram reprovados por frequência, além de terem sido classificados como

sem responsabilidade e s indisciplinados.

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

De acordo com os professores, alguns desses alunos são desinteressados, possuem dificuldade de interpretação e de realizar as atividades. Houve caso do aluno demonstrar bom comportamento, mas não obter rendimento satisfatório para ser aprovado.

Turmas do 4º ano

As turmas do 4º ano se compõem de 3 turmas, duas matutinas e uma vespertina. Dos 33 beneficiários, dos quais 18 (35%) foram aprovados e 15 (65%) reprovados. Os alunos não beneficiários somam 42, sendo 34 (65%) aprovados e 8 (35%) reprovados. (ver Apêndices A e B).

ALUNOS APROVADOS BF

Ressalta-se que, considerando as observações registradas pelos professores nos diários de classe, a grande maioria foi aprovada através do conselho de classe ou por recuperação. A minoria obteve êxito nas disciplinas, além de serem participativos e demonstrarem interesse pelas atividades.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

A maioria dos não beneficiários foi aprovada pelo conselho de classe ou através da recuperação, destaque para dificuldade de leitura e escrita. Vale ressaltar que na turma vespertina foram utilizados apenas carimbos para identificar as observações dos alunos, com palavras como parabéns e estude mais, não esclarecendo muito a real situação do aluno dentro da sala de aula.

ALUNOS REPROVADOS BF

Dos reprovados beneficiários do BF, a grande maioria não obteve resultado satisfatório na recuperação para ser aprovado. Somente alguns demonstraram dificuldades de aprendizado na leitura e escrita que repercutiram na reprovação do aluno.

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

Com relação aos reprovados não BF, as observações dos professores são bem parecidas às dos beneficiários reprovados. Salientando a falta de desempenho nas recuperações.

Turmas do 5º ano

O 5º ano se compõe de duas turmas, uma matutina e outra vespertina, com o total de 47 alunos. Os beneficiários são 22 (47%), todos foram aprovados. Dos 25 (53%) não beneficiários nenhum foi reprovado. (ver Apêndices A e B).

ALUNOS APROVADOS BF

Os alunos aprovados beneficiários apresentam dificuldade de leitura, de escrita, de progressão nas atividades, mesmo assim, foram aprovados. Poucos deles se destacaram com bom rendimento, mas vale salientar que houve casos do aluno obter êxito nas atividades desempenhadas, segundo relato dos professores.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

Com relação aos aprovados não beneficiários do BF, destaca-se que a maioria obteve melhor desempenho e progresso em comparação aos beneficiários. Ressalta-se que houveram alunos que foram aprovados por recuperação e outros que obtiveram desempenho satisfatório durante o ano letivo.

ALUNOS REPROVADOS BF

Nestas turmas do 5º ano não houve reprovados do BF, mostrando, desta forma, o nível máximo de aprovação nessas classes como identifica a tabela no Apêndice A.

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

Também não houve nenhum aluno reprovado não beneficiário do BF, nessas turmas do

5º ano, conforme tabela do Apêndice B.

3.1.2 Escola B

Na escola B, as turmas do 2º e 5º ano somam um total de 444 alunos matriculados e frequentando a escola, dos quais 133 (30%) são beneficiários e 311 (70%), não são beneficiários do programa BF.

Tabela 5 - Total de Alunos Beneficiários e Não Beneficiários do Bolsa Família na Escola B

TURMAS	BF (%)		NÃO BF (%)		TOTAL DE ALUNOS
2º Ano	23	22%	82	78%	105
3º Ano	40	39%	63	61%	103
4º Ano	35	28%	91	72%	126
5º Ano	35	32%	75	68%	110
TOTAL	133	30%	311	70%	444

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, Projeto Presença do Bolsa Família, 2011.

Nessa tabela, os dados apontam que as turmas do 2º ano totalizam 105 alunos, destes 23 (22%) fazem parte do programa Bolsa Família e 82 (78%) não recebem o benefício. Dos 103 alunos das turmas do 3º ano 40 (39%) fazem parte do programa e 63 (61%) não fazem parte do programa. As turmas do 4º ano totalizam 126 alunos, sendo que 35 (28%) são beneficiários do Bolsa Família e 91 (72%) não são beneficiários do BF. E dos 110 alunos que formam a turma do 5º ano, 35 (32%) recebem o Bolsa Família e 75 (68%) não fazem parte do programa.

Tabela 6 - Quantidade de Alunos Aprovados, Beneficiários e Não Beneficiários do Bolsa Família, por turma - Escola B

TURMAS	APROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	75	18	24%	57	76%
3º ano	91	38	42%	53	58%
4º ano	89	23	26%	66	74%

5º ano	100	30	30%	70	70%
TOTAL	355	109	31%	246	69%

Fonte: Secretária da Escola B - diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

Tabela 7 - Quantidade de Alunos Reprovados, Beneficiários e Não Beneficiários do Bolsa Família, por turma - Escola B

TURMAS	REPROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	30	5	17%	25	83%
3º ano	12	2	17%	10	83%
4º ano	37	12	32%	25	68%
5º ano	10	5	50%	5	50%
TOTAL	89	24	27%	65	73%

Fonte: Secretária da Escola B - diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

As tabelas 6 e 7 apresentam informações em relação ao aproveitamento e reprovação dos alunos da Escola B. Com relação ao número total de alunos aprovados, percebe-se que dos 355 que tiveram aproveitamento durante o ano letivo, 109 eram beneficiários do BF e 246 não fazem parte do programa. Já com relação ao número de reprovados compreendeu-se que dos 89 conservados, 24 fazem parte do programa e 65 não recebem o benefício. Os Apêndices A e B mostram o total de alunos aprovados e reprovados, beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família por turma e por turno.

Turmas do 2º ano

Há 4 turmas do 2º ano. Dos 23 beneficiários 18 (24%) foram aprovados e 5 (17%) reprovados. Os não beneficiários somam 82, destes 57 (76%) foram aprovados e 25 (83%) reprovados.

ALUNOS APROVADOS BF

A partir das observações dos professores nos diários, praticamente todos os estudantes tiveram bom desempenho nas atividades, precisando apenas melhorar a leitura.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

O resultado satisfatório também foi observado entre os não beneficiário do BF, ressaltando que há persistência na dificuldade de leitura e escrita, segundo relato dos professores.

ALUNOS REPROVADOS BF

Segundo os professores, a reprovação pode ser explicada pela falta de interesse pelos estudos e por não terem alcançado bons resultados. Vale salientar que o número de conservados foram poucos, apenas 5 de um total de 30. (ver dados no Apêndice C).

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

Aqui foi maior o número de conservados, talvez pelo comportamento desses educandos e pela dificuldade de leitura e escrita e da não realização das atividades. Ressaltando que de um total de 30 alunos reprovados, 25 não eram beneficiários como mostra a tabela no Apêndice C.

Turmas do 3º ano

Há 3 turmas de 3º ano, duas vespertinas e uma matutina. Dos 40 beneficiários, 38 (42%) foram aprovados e 2 (17%) reprovados, e 63 não beneficiários, sendo 53 (58%) aprovados e 10 (83%) reprovados.

ALUNOS APROVADOS BF

Nestas turmas, a maioria dos alunos aprovados obteve bom desempenho nas atividades. Um aluno faltou muito devido problemas de saúde, mas foi aprovado pelo conselho de classe. Salientando que teve um número pequeno de alunos aprovados via recuperação nessas turmas.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

A maioria conseguiu bom desempenho nas atividades. Houve caso do aluno aparecer na III unidade e obter a aprovação. Ressalte-se que a dificuldade de leitura, escrita e falta de interesse pelas atividades também foram registradas pelos professores.

ALUNOS REPROVADOS BF

Somente 2 foram reprovados, isso por causa da não realização das atividades e a dificuldade de compreensão dos assuntos dados.

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

Estes alunos foram mantidos por não terem superado as dificuldades de leitura e escrita e não apresentarem um bom rendimento. O número de alunos não beneficiários reprovados foi superior ao dos beneficiários. De um total de 12 alunos, 10 foram reprovados.

Turmas 4º ano

As turmas do 4º ano compõem 4 turmas, sendo duas vespertinas e duas matutinas. Estas turmas tem 35 beneficiários do BF, desses 23 (26%) foram aprovados e 12 (32%) reprovados. Os alunos não beneficiários do BF somam 91, desses 66 (74%) foram aprovados e 25 (68%) reprovados.

ALUNOS APROVADOS BF

Vale destacar que a maior parte destes alunos apresentou dificuldades de aprendizagem no início do ano, mas no final do ano letivo, obteve resultado satisfatório. Ressaltando que alguns alunos que apresentaram bom domínio de aprendizado, bom rendimento e outros foram aprovados pelo conselho de classe.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

A maioria apresentou resultados satisfatórios e bom desempenho nas atividades, alguns foram avaliados como tendo dificuldade no nível de compreensão e aquisição de

conhecimento.

ALUNOS REPROVADOS BF

A maioria apresentou dificuldades em realizar as atividades, não tinha responsabilidade com os estudos, alguns faltaram muito durante o ano letivo. Vale destacar que na turma do 4º ano B vespertino houve um total de 8 alunos reprovados e apenas 1 era beneficiário do BF como mostra no Apêndice C.

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

De acordo com as observações dos professores, a maioria desses alunos foi conservado devido o grande número de faltas durante o ano letivo e o desinteresse em realizar as atividades, não alcançando, desta forma, um desempenho satisfatório para ser aprovado. Salientando que no 4º ano D vespertino não houve nenhum reprovado. (ver Apêndice D)

Turmas do 5º ano

Há 3 turmas no 5º ano, sendo duas matutinas e uma vespertina. Dos 35 beneficiários 30 (30%) foram aprovados e 5 (50%) reprovados. São 75 não beneficiários 70 (70%) foram aprovados e 5 (50%) reprovados.

ALUNOS APROVADOS BF

De acordo com as observações registradas pelos professores, a maioria desses alunos apresentou desempenho insatisfatório, não demonstrou comprometimento nas avaliações, mas, mesmo desta forma, foram aprovados. Ressalte-se que alguns apresentaram um excelente rendimento e bom comportamento em sala.

ALUNOS APROVADOS NÃO BF

Houve um índice alto de aprovação nas turmas do 5º ano, dos alunos não beneficiários do BF. Apesar deste alto nível de aprovação, o relato dos professores sobre os alunos, não foi tão favorável a isso, devido o desempenho insatisfatório destes estudantes, além de alguns

serem aprovados pelo conselho de classe e outros não levarem tão a sério os estudos.

ALUNOS REPROVADOS BF

Estes alunos permaneceram na mesma turma devido ao desempenho insatisfatório nas disciplinas durante o ano letivo. Ressaltando que no 5º ano A matutino não houve nenhum aluno reprovado do BF. (ver Apêndice C).

ALUNOS REPROVADOS NÃO BF

Com relação a estes alunos, alguns foram conservados devido ao desinteresse pelos estudos e o rendimento insatisfatório. Sobressalta-se que no 5º ano C vespertino o número de alunos reprovados não beneficiários do BF foi nulo. (ver Apêndice D).

3.2 COMPARATIVO ENTRE AS ESCOLAS A e B

Tabela 8 - Comparativo entre as Escolas A e B, com relação ao número total de alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família.

ESCOLAS	QUANTIDADE DE ALUNOS				TOTAL DE ALUNOS
	BF	(%)	NÃO BF	(%)	
A	131	49%	139	51%	270
B	133	30%	311	70%	444

Fonte: Secretaria Municipal de Educação do município de Cruz das Almas. Projeto Presença do Bolsa Família, 2011.

Com este comparativo foi possível observar o número total de alunos de cada escola e a quantidade de beneficiários e não beneficiários do PBF. Desta forma, percebe-se que na Escola A o número de beneficiários do BF é quase igualitário aos dos não beneficiários. Com relação à Escola B, o número de não beneficiários é bem superior do que aos beneficiários do programa.

Tabela 9 - Comparativo entre as Escolas A e B, com relação ao número de alunos aprovados, beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família.

ESCOLAS	APROVADOS				
	TOTAL	B.F	(%)	NÃO B.F	(%)
A	187	85	45%	102	55%
B	355	109	31%	246	69%

Fonte: Secretaria das Escolas A e B - diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

Tabela 10 - Comparativo entre as Escolas A e B, com relação ao número de alunos reprovados, beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família.

ESCOLAS	REPROVADOS				
	TOTAL	B.F	(%)	NÃO B.F	(%)
A	83	46	55%	37	45%
B	89	24	27%	65	73%

Fonte: Secretaria das Escolas A e B - diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

As tabelas 9 e 10 mostram um comparativo das Escolas pesquisadas com relação à quantidade de alunos aprovados e reprovados, que recebem e não recebem o benefício do programa.

3.3 DISTORÇÃO IDADE SÉRIE DAS ESCOLAS A e B

Tabela 11 - Distorção Idade Série da Escola A

Apesar do progresso no sistema educacional brasileiro nos últimos anos, há muitos desafios a serem superados, entre os quais se destacam as taxas de distorção idade série dos alunos matriculados.

Turmas/Turnos	Faixa Etária que deveria estar cursando	Defasagem Idade Série
2° ano A vespertino	7 anos	7 a 9 anos
2° ano B vespertino	7 anos	7 a 13 anos
2° ano C vespertino	7 anos	7 a 10 anos

2° ano matutino	7 anos	7 a 10 anos
3° ano A matutino	8 anos	8 a 13 anos
3° ano B matutino	8 anos	8 a 12 anos
3° ano vespertino	8 anos	8 a 13 anos
4° ano A matutino	9 anos	7 a 16 anos
4° ano B matutino	9 anos	9 a 14 anos
4° ano vespertino	9 anos	11 a 14 anos
5° ano matutino	10 anos	9 a 15 anos
5° ano vespertino	10 anos	10 a 14 anos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, 2011.

Desta forma, percebe-se na tabela 11 que, na Escola A, a faixa etária dos alunos existe essa distorção em todas as séries. Vale destacar que na turma do 4° ano A matutino, tem alunos com até 16 anos de idade, sendo que sua faixa etária condizente com a série é 9 anos. Salienta-se também que no 2° ano B vespertino os alunos deveriam estar com 7 anos de idades e têm alunos com até 13 anos.

Tabela 12 - Distorção Idade Série da Escola B

Turmas/Turnos	Faixa Etária que deveria estar cursando	Defasagem Idade Série
2° ano A Vespertino	7 anos	7 a 8 anos
2° ano A matutino	7 anos	7 a 9 anos
2° ano B	7 anos	7 a 11 anos
2° ano C	7 anos	6 a 9 anos
3° ano A matutino	8 anos	8 a 11anos
3° ano B vespertino	8 anos	8 a 13 anos
3° ano C vespertino	8 anos	8 a 13 anos
4° ano A matutino	9 anos	9 a 13 anos
4° ano B matutino	9 anos	9 a 13 anos
4° ano C vespertino	9 anos	9 a 12 anos
4° ano D vespertino	9 anos	8 a 10 anos

5º ano A matutino	10 anos	10 a 13 anos
5º ano B matutino	10 anos	9 a 13 anos
5º ano C vespertino	10 anos	9 a 15 anos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, 2011.

Já com relação à distorção idade série na Escola B, a faixa etária dos alunos também não condiz com a série que estão cursando como mostra a tabela 12. Observa-se que tem alunos com 11 anos de idade cursando o 2º ano, sendo que deveriam estar com 7 anos. No 5º ano C vespertino é nítido novamente a distorção idade série destes alunos.

Fazendo uma comparação dessas escolas nas turmas do 2º ao 5º ano, com relação à idade série como mostram as tabelas 11 e 12, fica evidente que a Escola A tem uma tendência maior com alunos distorcidos.

Esses números identificam que é um grande desafio adequar as idades dos alunos às séries que estão cursando. Muitas vezes por motivo de repetência e até mesmo evasão, esses alunos acumulam alguns anos de defasagem em relação à série que deveriam estar cursando.

Desta forma, percebe-se, com a análise dos dados das escolas, que a grande maioria tem dificuldades e apresenta baixo desempenho e com a distorção idade série o problema fica maior ainda.

3.4 RESULTADOS

Diante dos dados coletados não foi possível verificar se há diferença no desempenho educacional entre beneficiário e não beneficiário do Bolsa Família a partir dos registros nos diários de classe. Percebeu-se que a maioria deles é muito parecido, ou talvez a diferença social entre eles não seja tão grande. Nos diários de classe não foi possível notar diferença por parte do professor entre beneficiário e não beneficiário do BF.

Porém, a diferença no aproveitamento entre estes dois grupos está com relação ao número de alunos aprovados e reprovados, como foi mostrado nas tabelas. Esses dados apontaram que na Escola A o número de aprovados não beneficiários (55%) é superior aos que recebem o benefício (45%). E na Escola B (69%) dos aprovados não são beneficiários do BF e (31%) fazem parte do programa.

Com relação aos reprovados, na Escola A (55%) são beneficiários e (45%) não beneficiários. E na Escola B (27%) dos reprovados são beneficiários do BF e (73%) não são beneficiários do programa.

Fazendo um comparativo das duas escolas citadas, percebe-se que apesar do alto nível de aprovação, o relato dos professores manifestou dificuldades dos alunos em relação à leitura e escrita, no qual alguns mostram desinteresse pelos estudos, além de um grande número de faltas, porém, mesmo assim, são aprovados. Ressalta-se ainda que o número de reprovados no 5º ano da Escola B foi nulo, tanto dos beneficiários do Bolsa Família, quanto os que não fazem parte do programa, afirmando mais ainda o alto nível de aprovação nesta turma. No entanto, percebe-se que há igualdade entre alunos de classes populares e a escola a partir dos registros dos professores, não sendo possível afirmar que exista diferença entre os beneficiários e não beneficiários do programa nestas escolas.

Diante do exposto, afirma-se que, no âmbito da educação, está ocorrendo a exclusão social, não mais necessariamente pelo acesso a escola, mas pela qualidade do ensino oferecido, que afeta, particularmente, aos grupos de classes populares, fazendo com que essas crianças e jovens não consigam aprender o que é necessário aprender. Contudo, acesso não indica processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família tem como finalidade combater a pobreza e promover a emancipação das famílias mais pobres do país. Um dos principais quesitos para receber o benefício é o cumprimento das condicionalidades, que, neste caso da pesquisa está vinculada à educação.

Entretanto, constata-se que o programa pode ter conseguido diminuir a proporção de crianças ausentes da escola, mas não é capaz de garantir em sala de aula um bom desempenho escolar, como revelou a pesquisa. Contudo fica nítido a falta de correlação entre o programa e o desempenho desses alunos.

Os resultados obtidos da pesquisa em relação ao desempenho escolar dessas crianças e jovens beneficiários e não beneficiários do programa, apontaram que não foi possível perceber nenhuma diferença entre esses dois grupos a partir dos diários de classe. Entretanto a diferença é apontada com relação ao número de alunos aprovados e reprovados dessas escolas.

A pesquisa revelou um grande número de aprovados, mas nas observações registradas pelos professores nos diários de classe dos alunos verificou-se o nível de dificuldade de aprendizado destes discentes nas escolas pesquisadas.

O Programa Bolsa Família melhora a frequência escolar, além de que a presença retira as crianças das ruas, assegura alimentação e estimula novos conhecimentos. Portanto é preciso haver um controle não só da condicionalidade frequência, mas também um acompanhamento do desempenho e rendimento escolar desses alunos, sendo este um quesito que o governo poderia ter uma maior preocupação com ensino de qualidade e aprendizado dessas crianças e jovens beneficiários do programa.

Importante salientar que o benefício concedido a essas famílias pobres é uma condição necessária, mas insuficiente para obter melhorias e progressão no nível educacional dessas crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004. Disponível em:
[http: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/leis-1>](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/leis-1) Acesso em: 14 set. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CANEN, Ana. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. **Educação e Sociedade**. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 77, p. 207-227, dezembro 2001. Disponível em <
<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7051.pdf>> Acesso em: 08 fev. 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010.

CONSTANZI, R. N.; Fagundes, F. Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família. In: **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. IPEA: Brasília, 2010.

CURRALERO, Cláudia Regina B. *et al.* Desafios para a gestão intersetorial e intergovernamental do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza. In: IV CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. **Anais eletrônicos do IV Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, 2011.
Disponível em < http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-06/painel_37-130_131_132.pdf> Acesso em: 02 mar. 2012.

DAYVRELL, Juarez Tarcísio. **Escola e diversidade cultural: considerações em torno da formação humana**. Disponível em
<http://ead.ucs.br/orientador/turmaA/Acervo/web_F/web_H/file.2007-09-10.4931893621.pdf> Acesso em: 05 jul. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=290980>> Acesso em: 22 jul 2012.

FERREIRA, Maria Inês C. Programa Bolsa Família e o sistema de proteção social no país. In: **Bahia análise e dados**. Salvador, v. 17, n. 1, p. 675-840, abr./jun. 2007.

LIBANEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2002. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 06 jul 2012.

LUBISCO, Nidia Maria L. **Manual de estilo acadêmico**: monografias, dissertações e teses. 4 ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

MARTINS, Heloísa Helena T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa. São Paulo**, v. 30 n.2, Maio/Agosto 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 17 jan. 2013.

MENDES, José Manuel; SEIXAS, Ana Maria. Escola, desigualdades sociais e democracia: as classes sociais e a questão educativa em Pierre Bourdieu. **Educação, Sociedade e Cultura**. São Paulo, n. 19, p. 103-129, 2003. Disponível em <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC19/19-4.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2012.

MENEGOLO, Elizabeth D. da C. W.; CARDOSO, Cancionila J. Diários de classe: traços históricos de um ensino de língua. In: XVI CONGRESSO DE LEITURA NO BRASIL, Campinas, 2007. **Anais eletrônicos do XVI Congresso de leitura no Brasil**. Disponível em <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem10pdf/sm10ss20_08.pdf> Acesso em: 10 mar. 2013

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>> Acesso em: 08 jan. 2013.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**. São Paulo, n. 78, Abril/2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2012.

PAIXÃO, Lea P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 35, n. 124, p. 141-170, jan./abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742005000100008&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 01 ago. 2012

RIZOTTI, Maria Luiza A. **A construção do sistema de proteção social no Brasil**: avanços e retrocessos na legislação social. Disponível em <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/construcao.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2012.

SANTOS, Rodrigo L. A. dos; LÍCIO, Elaine Cristina. Resultados e desafios do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. In: IV CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. **Anais eletrônicos do IV Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, 2011. Disponível em <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-06/painel_37-130_131_132.pdf> Acesso em: 02 mar. 2012.

SILVA, Anderson P.; BRANDÃO, André; DALT, Salette da. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 8, 2009. Disponível em

<<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/89>>
Acesso em: 05 fev. 2012.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 11, n. 32, p. 211-370, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a02v11n32.pdf>> Acesso em 12 ago 2012.

VELOSO, Luísa; RUFINO, Isabel; CRAVEIRO, Daniela. Regulação de procedimentos na escola pública: entre o centralismo formal e a apropriação informal. **Sociologia, Problemas e Práticas**. n.68, jan 2012. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292012000100006&script=sci_arttext> Acesso em: 23 set. 2012.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades no programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela com relação à quantidade de alunos aprovados e reprovados beneficiários do Bolsa Família, das turmas do 2º ao 5º ano da Escola A.

TURMAS	Total Alunos	Total BF	Total Aprovado	Aprovado BF	Total Reprovado	Reprovado BF
2º ano - Total	70	29	38	14	32	15
2º ano A vespertino	19	4	9	0	10	4
2º ano B vespertino	13	8	8	4	5	4
2º ano C vespertino	17	9	12	6	5	3
2º ano matutino	21	8	9	4	12	4
3º ano - Total	78	47	50	31	28	16
3º ano A matutino	24	18	10	10	14	8
3º ano B matutino	25	14	17	9	8	5
3º ano vespertino	29	15	23	12	6	3
4º ano - Total	75	33	52	18	23	15
4º ano A matutino	23	8	17	5	6	3
4º ano B matutino	24	12	17	8	7	4
4º ano vespertino	28	13	18	5	10	8
5º ano - Total	47	22	47	22	0	0
5º ano matutino	24	13	24	13	0	0
5º ano vespertino	23	9	23	9	0	0
Total	270	131	187	85	83	46

Fonte: Secretaria da Escola A, diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

APÊNDICE B - Tabela com relação à quantidade de alunos aprovados e reprovados **não beneficiários do Bolsa Família**, das turmas do 2º ao 5º ano da Escola A.

TURMAS	Total Alunos	Total Não Beneficiário BF	Total Aprovado	Aprovado Não Beneficiário BF	Total Reprovado	Reprovado Não Beneficiário BF
2º ano - Total	70	41	38	24	32	17
2º ano A vespertino	19	15	9	9	10	6
2º ano B vespertino	13	5	8	4	5	1
2º ano C vespertino	17	8	12	6	5	2
2º ano matutino	21	13	9	5	12	8
3º ano - Total	78	31	50	18	28	12
3º ano A matutino	24	6	10	0	14	6
3º ano B matutino	25	11	17	8	8	3
3º ano vespertino	29	14	23	11	6	3
4º ano - Total	75	42	52	34	23	8
4º ano A matutino	23	15	17	12	6	3
4º ano B matutino	24	12	17	9	7	3
4º ano vespertino	28	15	18	13	10	2
5º ano - Total	47	25	47	25	0	0
5º ano matutino	24	11	24	11	0	0
5º ano vespertino	23	14	23	14	0	0
Total	270	139	187	102	83	37

Fonte: Secretaria da Escola A, diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

APÊNDICE C - Tabela com relação a quantidade de alunos, aprovados e reprovados beneficiários do Bolsa Família, das turmas do 2º ao 5º ano da B.

TURMAS	Total Alunos	Total BF	Total Aprovado	Aprovado BF	Total Reprovado	Reprovado BF
2º ano - Total	105	23	75	18	30	5
2º ano A Vespertino	21	8	13	6	8	2
2º ano A matutino	29	6	20	4	9	2
2º ano B	29	7	23	6	6	1
2º ano C	26	2	19	2	7	0
3º ano - Total	103	40	91	38	12	2
3º ano A matutino	38	18	37	18	1	0
3º ano B vespertino	32	12	29	11	3	1
3º ano C vespertino	33	10	25	9	8	1
4º ano - Total	126	35	89	23	37	12
4º ano A matutino	30	6	17	3	13	3
4º ano B matutino	29	7	21	6	8	1
4º ano C vespertino	34	9	20	3	14	6
4º ano D vespertino	33	13	31	11	2	2
5º ano - Total	110	35	100	30	10	5
5º ano A matutino	37	9	35	9	2	0
5º ano B matutino	37	10	32	8	5	2
5º ano C vespertino	36	16	33	13	3	3
Total	444	133	355	109	89	24

Fonte: Secretaria da Escola B, diários de classe e atas de resultados finais, 2011.

APÊNDICE D - Tabela com relação à quantidade de alunos, aprovados e reprovados **não beneficiários do Bolsa Família**, das turmas do 2º ao 5º ano da Escola B.

TURMAS	Total Alunos	Total Não Beneficiário BF	Total Aprovado	Aprovado Não Beneficiário BF	Total Reprovado	Reprovado Não Beneficiário BF
2º ano - Total	105	82	75	57	30	25
2º ano A Vespertino	21	13	13	7	8	6
2º ano A matutino	29	23	20	16	9	7
2º ano B	29	22	23	17	6	5
2º ano C	26	24	19	17	7	7
3º ano - Total	103	63	91	53	12	10
3º ano A matutino	38	20	37	19	1	1
3º ano B vespertino	32	20	29	18	3	2
3º ano C vespertino	33	23	25	16	8	7
4º ano - Total	126	91	89	66	37	25
4º ano A matutino	30	24	17	14	13	10
4º ano B matutino	29	22	21	15	8	7
4º ano C vespertino	34	25	20	17	14	8
4º ano D vespertino	33	20	31	20	2	0
5º ano - Total	110	75	100	70	10	5
5º ano A matutino	37	28	35	26	2	2
5º ano B matutino	37	27	32	24	5	3
5º ano C vespertino	36	20	33	20	3	0
Total	444	311	355	246	89	65

Fonte: Secretaria da Escola B, diários de classe e atas de resultados finais, 2011.